

**PODER JUDICIÁRIO**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

**SENTENÇA**

Processo nº: **1013830-74.2017.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça**  
 Requerente: **Dalva Dulcino Marques e outros**  
 Requerido: **Desconhecido**

**DALVA DULCINO MARQUES E OUTROS** ajuizaram ação de reintegração de posse em face dos ocupantes do imóvel localizado na Rua Doutor Gastão de Sá, 516, Vila Boa Vista, nesta cidade, haja vista a invasão e ocupação ocorrida no local. Pediram, ainda, a condenação dos réus ao pagamento de indenização pela ocupação indevida e pelos danos eventualmente causados no imóvel.

Os ocupantes do imóvel foram citados e não contestaram os pedidos.

Os autores requereram a aplicação dos efeitos da revelia.

**É o relatório.****Fundamento e decido.**

À falta de contestação, presumem-se verdadeiros os fatos alegados na petição inicial, com a consequência jurídica do acolhimento do pedido (artigo 344 do Código de Processo Civil). Ademais, além dos documentos juntados aos autos comprovarem a posse exercida pelos autores sobre o imóvel, não há qualquer indício da existência de título jurídico autorizador da posse ora exercida pelos réus.

É devido o pagamento de um aluguel mensal pela ocupação indevida do imóvel pelos réus, incidente desde a data da citação, pois quando constituídos em mora, até a data da reintegração dos autores na posse do bem. Tanto em razão da revelia quanto por não vislumbrar excessividade no valor indicado na petição inicial, adota-se a importância R\$ 1.000,00 como valor locativo mensal do imóvel.

Não se conhece do pedido indenizatório por *prejuízos que causaram ao imóvel*, à falta de causa de pedir e de demonstração. O montante poderia ser apurado em etapa ulterior mas o fato em si, do dano, não foi demonstrado e, aliás, sequer alegado.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Diante do exposto, **acolho os pedidos** para decretar a reintegração dos autores na posse do imóvel, assinando aos réus o prazo de cinco dias para desocupação voluntária. Ao mesmo tempo, condeno-os ao pagamento da importância de R\$ 1.000,00 por mês de ocupação indevida do imóvel, desde a citação até a efetiva desocupação, com correção monetária e juros moratórios contados a partir de cada vencimento mensal.

Não conheço do pedido indenizatório por supostos prejuízos.

Condeno os réus ao pagamento das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, e dos honorários advocatícios da patrona dos autores fixados em 10% do valor da causa, corrigido desde a época do ajuizamento.

Proceda-se à inclusão dos ocupantes do imóvel indicados à fl. 49 no polo passivo do cadastro processual.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 08 de março de 2018.

  
**Carlos Castilho Aguiar França**  
**Juiz de Direito**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME  
 IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**